



Rio de Janeiro e as rodadas de neoliberalismo: Os PPA's como fonte empírica de neoliberalismo.

Autores:

LEONARDO MARTINS FIGUEIRA - UFRRJ - PPGDT - leonardomf1984@gmail.com

Raquel Pereira de Souza - UFRRJ - raquel.p.souza@gmail.com

Robson Dias da Silva - UFRRJ - robsondsilva@gmail.com

Resumo:

Os Planos Plurianuais, são uma inovação no sistema jurídico/econômico brasileiro que desde a constituição de 1988. Apresentam-se como alternativa ao planejamento econômico efetivado em épocas anteriores sob efeito de um modelo desenvolvimentista / intervencionista. Sob o ponto de vista teórico econômico, uma das características das rodadas de Neoliberalização é reestruturação regulatória, que tem por definição adaptar e reestruturar o sistema em vigor mediante a uma dada estrutura posta em prática. De um modo geral, utiliza-se o modelo anterior como base de crítica para instituir o modelo neoliberal. Peck e Tickell (2002) classificam essa característica como “Roll Back”, que na tradução literal para o português seria algo como “retroceder” ou “desfazer”. No que se refere a teoria econômica e análise econômica podemos classificar como um avanço teórico para “enxugar” ou “desfazer” a dinâmica econômica anterior para criar uma nova rotina e diretriz. Destruição ou descrédito ativo de instituições Keynesianas de Bem estar Social a qual a materialização estava no Estado desenvolvimentista. Ainda segundo esses mesmos autores a segunda etapa de expansão do neoliberalismo seria o “Roll out”, que na tradução literal para o português seria “estender” ou “construir, fazer algo”. Feito a primeira etapa de “enxugamento” da dinâmica econômica, do processo de reprodução capitalista anterior, com o terreno descampado, a etapa seguinte é no intuito de “construir algo”, “fazer”, “estender” as forças neoliberalizantes para consolidar o poder ideológico e estabelecer dominância e até mesmo dependência. Consolidação de propostas de formas de Estados, modos de governo e relações regulatórias. Em grande parte essas medidas apresentavam-se sob a égide de um mercado financeiro forte e liberalização do comércio internacional. Estabelece-se um modelo de Governança com bases financeiras e comerciais pró mercado.

RIO DE JANEIRO E AS RODADAS DE NEOLIBERALIZAÇÃO.

OS PPA'S COMO FONTE EMPÍRICA DE NEOLIBERALISMO .

Introdução

Os Planos Plurianuais, são uma inovação no sistema jurídico/econômico brasileiro que desde a constituição de 1988. Apresentam-se como alternativa ao planejamento econômico efetivado em épocas anteriores sob efeito de um modelo desenvolvimentista / intervencionista. Sob o ponto de vista teórico econômico, uma das características das rodadas de Neoliberalização é a reestruturação regulatória, que tem por definição adaptar e reestruturar o sistema em vigor mediante a uma dada estrutura posta em prática. De um modo geral, utiliza-se o modelo anterior como base de crítica para instituir o modelo neoliberal. Peck e Tickell (2002) classificam essa característica como “Roll Back”, que na tradução literal para o português seria algo como “retroceder” ou “desfazer”. No que se refere a teoria econômica e análise econômica podemos classificar como um avanço teórico para “enxugar” ou “desfazer” a dinâmica econômica anterior para criar uma nova rotina e diretriz. Destruição ou descrédito ativo de instituições Keynesianas de Bem estar Social a qual a materialização estava no Estado desenvolvimentista. Ainda segundo esses mesmos autores a segunda etapa de expansão do neoliberalismo seria o “Roll out”, que na tradução literal para o português seria “estender” ou “construir, fazer algo”. Feito a primeira etapa de “enxugamento” da dinâmica econômica, do processo de reprodução capitalista anterior, com o terreno descampado, a etapa seguinte é no intuito de “construir algo”, “fazer”, “estender” as forças neoliberalizantes para consolidar o poder ideológico e estabelecer dominância e até mesmo dependência. Consolidação de propostas de formas de Estados, modos de governo e relações regulatórias. Em grande parte essas medidas apresentavam-se sob a égide de um mercado financeiro forte e liberalização do comércio internacional. Estabelece-se um modelo de Governança com bases financeiras e comerciais pró mercado.

No que se refere aos PPA's, foi instituído para fins jurídicos e financeiros com vista a estabelecer uma forma de fiscalização e direcionamento dos gastos públicos quanto aos aspectos de planejamento da máquina pública e ordenamento das despesas. Assim, reduzindo o caráter discricionário que até então predominava sob as políticas econômicas e orçamento público (Giambiagi, 2008). Na constituição do Rio de Janeiro escrita em 1989 no Art. 209 § 1º consta o seguinte "A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada." Destaque é que são diretrizes para as despesas de capital relativas a programas de duração continuada, em outras palavras, é empírico a implantação de um modo de quantificar o planejamento estadual com base no orçamento público.

Instituído em lei em 1989, os PPA's somente foram elaborados quase uma década depois. O primeiro, juridicamente instituído, foi o PPA' de 1996. Que por meio de minuta, estabeleceu um ponto de partida e as características necessárias a um PPA, entre as elas a de que os Planos Plurianuais teriam que ser escritos de quatro em quatro anos. É de nosso interesse encontrar um padrão teórico em todos os PPA's que iremos pesquisar, de modo que consigamos entender a objetividade que são ao todo 5(cinco) PPA's.

PPA 2000 – 2003 – Rio Desenvolvimento Humano

O primeiro a ser elaborado com início, meio e fim, foi o PPA de 2000. Este possuía como marca e slogan, "Rio Desenvolvimento Humano". Buscou entender a conjuntura internacional e a conexão desta com a conjuntura estadual. Assim como todo projeto voltado a políticas econômicas e públicas, há indícios de vertente ideológica / teórica na forma de entender o ambiente econômica, as necessidades do Estado. Assim, alguns pontos do PPA podem ser destacados para entender melhor essa situação. Os tópicos do PPA em destaque para este artigo são: i) Globalização e espaços locais; ii) Eixos de desenvolvimento e projetos estruturantes integrados regionalmente; iii) Panorama Macroeconômico e cenários de desenvolvimento¹.

¹ Todos representam capítulos do índice do PPA 2000- 2003, respectivamente, capítulos 1, 2 e 3.

Como pode ser observado, há uma necessidade na formulação do Plano em estabelecer uma conexão do Rio de Janeiro com as outras escalas econômica, neste caso a nacional e a internacional. Porém, observa-se também, que esta preocupação na prática não se configurou numa forma de pensar as necessidades do Estado e ajustar-se como os outros cenários, está mais para pegar o Estado e pô-lo de qualquer forma e a qualquer custo no jogo econômico internacional. Conectando esta situação com o conceito de Roll back e Roll out, temos que neste PPA de 2000-2003 foi o que introduziu o Roll Back na economia fluminense. Visto que buscou “enxugar”, “desfazer” o modelo econômico anterior por via de uma estruturação regulatório, historicamente específica, onde o Global tornará essencial no contexto regional. Eliminando a escala intermediária e fazendo uma espécie de “Estado Global”, conectado diretamente com os anseios do comércio e mercado mundial. Na página 8 do referido documento, consta o seguinte: “As mudanças mais recentes ocorridas na economia internacional vêm mostrando as exigências irrefutáveis de uma mudança estrutural que significa uma nova fase de reestruturação tecnológica e organizativa, afetando tanto o Governo, como todos os tipos de organizações, públicas e privadas.”(Grifos nosso). A visão de mundo tanto teórica quanto prática remetem a um paradigma da necessidade de adequação num ambiente de dependência. Percebe-se que não há uma percepção de como o Estado é e o que ele precisa para adequar-se as necessidades mundiais, pelo contrário, há segundo o trecho retirado do documento uma “exigência irrefutável” para todas as esferas escalares do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda na página 8, consta a seguinte transcrições dos objetivos que marcam e configuram este PPA: :

- construir um consenso social, a partir do resgate da identidade política, econômica, social e cultural do Estado do Rio de Janeiro;
- dirigir a política econômica para os processos produtivos regionais, articulando-os com o mercado nacional e internacional;
- ter um padrão básico de organização jurídica, política, econômica e social que permita aglutinar a força dos atores, potencializar as vantagens regionais de inovação, crescimento econômico e competitividade e pôr em prática processos sociais de aprendizagem e comunicação;
- implementar uma estratégia de médio a longo prazo, com vistas ao desenvolvimento tecnológico-industrial orientado para a competitividade.

Diante ao exposto na página 8 do PPA 2000-2003, pode-se começar a identificar o padrão teórico de referência, bem como as metas que seguem em uma direção de qual modelo de Estado estava sendo proposto.

O primeiro e o terceiro tópico, possuem um mesmo direcionamento na organização política e econômica do Estado. Numa primeira leitura, aparenta-se ser um viés intervencionista do Estado na Economia com a leitura do primeiro tópico, onde se destaca a criação de um novo “consenso social” visando o resgate cultura, econômico e histórico do Estado. Porém, ao ler o terceiro tópico, observa-se que o real intuito era de abrir espaço para o mercado agir como a idéia de construir e valorizar os “atores” econômicos, e assim valorizar a competitividade e concorrência, valores e conceitos típicos do mercado e de uma economia gerida e organizada pelo mercado.

De acordo com o conceito de rodadas de neoliberalização, este seriam as características de reestruturação regulatória, hibridismo e padronização do evento neoliberal no Estado do Rio. Utiliza-se da estrutura anterior do Estado para construir uma base de crítica, vide o que propõem no PPA 2000 ao ser enfático que seria um momento de “mudança”, de forma híbrida porque há uma mistura de conceitos e regras no intuito de abrir espaço, de “Extensão” e recriação do Estado nos moldes do neoliberalismo (Roll Back). E padrão, dado que o próprio PPA mesmo que de forma empírica, estabelece um “regra” para os comandos do Estado na economia e também ao deixar explícito por onde e quais seriam os percursos da economia fluminense a partir de então. Que no caso do PPA seriam os “mercados externos e internacionais”.

PPA 2004-2007

A vista do que foi o primeiro PPA sob o ponto de vista do aprendizado, o PPA 2004-2007 apresenta características mais técnicas do que o anterior. Entretanto não menos ideologia nos objetivos e metas. Neste PPA, as metas e os objetivos estão mais explícitos e englobados numa só linguagem chamados neste PPA de Macroobjetivos. Que em suma, trata-se da reunião de metas, objetivos e modo de entender a economia e sociedade fluminense.

Outro ponto a ser destacado neste PPA esta na lei que o instituiu, dado que teve uma inovação frente ao anterior. Este PPA trouxe de forma mais clara e precisa as intenções políticas e econômicas do Governo do Estado para com o PPA. Em outras palavras, qual era a importância do PPA para a governabilidade do Estado. No Art. 2 da lei Nº 4.258 que “DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O

QUADRIÊNIO 2004/2007” consta, O Plano Plurianual apresenta, alinhados aos macroobjetivos, às diretrizes e estratégias estabelecidos no Anexo I, os Programas de Governo para o período de 2004 a 2007. Mais adiante na introdução do documento consta que , “ Plano Plurianual é o instrumento de Governo norteador da gestão pública para o quadriênio, de forma a direcionar as ações desenvolvidas aos resultados pretendidos. Sua implementação subentende um processo de planejamento, envolvendo e comprometendo todos os órgãos setoriais e dele devem derivar os parâmetros que conduzem a elaboração dos orçamentos anuais”. Percebe-se que o sentido do PPA esta mais para “nortear” a gestão pública do que o desenvolvimento e mais para os orçamentos do Estado do que para o planejamento estatal. O que significa um entendimento de desenvolvimento econômico pela via da gestão pública do orçamento, sem que isso passe por uma estratégia ou um plano de desenvolvimento para o Estado onde os gargalos e heterogeneidades estruturais sejam combatidas. Tais situações demonstram um viés Neoliberal proposto no Consenso de Washington de aumentar os valores da gestão administrativa e Governança do Estado frente a um Estado desenvolvimentista. Reestruturação regulatória. Este PPA enquadra-se no conceito de Roll Out, visto que ele vem para consolidar as idéias propostas no PPA anterior.

Dentre os Macroobjetivos, num total de 30, a maior parte deles dizem respeito a gestão pública. Seja por meio direto na administração pública dos recursos financeiros, seja por meio indireto através de programas atrelados ao Estado. Destacamos alguns de nosso interesse para conectar este PPA com os demais.

- Sanear as finanças públicas estaduais.
- Criar condições para que o Estado cumpra suas funções, com ênfase na racionalidade dos gastos públicos, na definição de prioridades e modernização gerencial.
- Combater os desequilíbrios sociais, gerando uma ambiência institucional de apoio às iniciativas de geração de trabalho e renda de forma sustentável e à inserção social.
- Valorizar o pequeno produtor por meio do desenvolvimento local integrado, assistência técnica e extensão rural, desenvolver pesquisas em apoio ao setor agropecuário e promover a melhoria do padrão alimentar da população pela oferta de produtos agrícolas acessíveis ao seu poder aquisitivo.
- Apoiar iniciativas de integração regional competitiva, a partir da capacidade de articulação dos microempreendedores e da identidade territorial.

- Aproveitar as oportunidades de investimentos integrando ações atreladas às condições de mobilização produtiva do território fluminense e às novas relações sociais e espaciais de produção.

PPA 2008-2011

Seguindo o padrão estrutural dos PPA's anteriores, o PPA 2008-2011 foi uma ruptura política interna de uma mesmo grupo político no Rio de Janeiro. O grupo associado ao PMDB na sequência do modelo “chagismo”² de fazer política, divide-se em dois grandes grupos políticos que acirram os pleitos durante a década de 2000. A ruptura foi política, porém a idéia institucional e econômica manteve-se. Nota-se pelo exposto na lei que institui o PPA 2008-2011: “estabelece as diretrizes estratégicas compatíveis com as prioridades da Administração Pública Estadual e com o Plano Estratégico 2007/2010, apresenta de forma resumida o cenário macroeconômico e a previsão das receitas públicas para o período 2008/2011 e define os projetos estratégicos do Governo” (LEI Nº 5181 ESTABELECE O PLANO PLURIANUAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PPA/RJ PARA O PERÍODO DE 2008/2011. 1º, I – Anexo I).

Num mesmo padrão de análise nossa, seguimos a buscar o entendimento principal de cada PPA. Neste PPA em análise, observa-se que utilizou-se o termo “Diretrizes Estratégicas” onde reuni-se as metas e objetivos do PPA. Chama a atenção neste PPA, o resumo feito na introdução do ambiente econômico Nacional, internacional e regional. Onde é destacado o aumento dos investimentos públicos e sobretudo dos privados na economia fluminense e o bom momento vivido pela economia internacional motivados pelo bom preço do Barril de Petróleo praticados nos mercados e das commodities. Entretanto, é bastante curioso esse diagnóstico considerando que cerca de 8 meses depois da elaboração deste documento, presenciáramos a eclosão de uma, senão a maior crise dos últimos anos só perdendo para a crise de 1929.

Um fato a ser comparado com esse momento histórico da economia mundial é o diagnóstico não só foi impreciso como documentou-se através do PPA uma nítida intenção em estabelecer um equilíbrio fiscal no Estado. Uma austeridade antecipada frente a uma eminente crise econômica. Pode-se dizer que reduziu-se a demanda antes da crise econômica o que agravou ainda mais a crise no Estado do Rio

² Jornalista e político fluminense, que através da máquina pública do jornal que era proprietário (O Dia) influenciava nas escolhas políticas na assembléia legislativa e ao Executivo fluminense. Foi filiado ao ARENA, porém como forma de obter maior poder político migrou para o MDB carioca.

de Janeiro. Visto que reduzindo os agregados macroeconômicos motivados pelo multiplicado indutor que os gastos públicos possuem, no médio período, o efeito é reduzir drasticamente a oferta e conseqüentemente os lucros dos empresários. Gerando assim um vazio estrutural na economia fluminense acarretando um efeito em cadeia sobre as demais áreas.

Os objetivos principais deste PPA são, entre outros, apoiar-se na Lei de Responsabilidade Fiscal para organizar as finanças do Estado:

- Organizar em programas as ações dos órgãos da administração estadual, assegurando o alinhamento destes com a orientação estratégica do Governo e com as previsões de disponibilidade de recursos;
- Melhorar o desempenho gerencial da administração aprofundando a definição de responsabilidade, a conscientização de custos, a busca contínua de qualidade e o comprometimento com resultados;
- Criar condições para avaliação e mensuração dos produtos das ações do Governo e dos efeitos destas ações sobre a realidade estadual;
- Tornar públicas as informações referentes à administração estadual, dando maior transparência à aplicação de recursos públicos e visibilidade às ações do Governo e aos resultados obtidos;
- Estimular parcerias entre os órgãos da administração estadual e desses com outras esferas de governo e com a iniciativa privada, visando à ampliação das fontes de recursos e dos resultados;
- Dotar os administradores públicos de um instrumento gerencial estruturado e atualizado, objetivando facilitar a tomada de decisões, corrigir desvios e direcionar a aplicação de recursos para a realização dos resultados pretendidos.

Além desses objetivos, temos ainda no PPA que, “As Diretrizes Estratégicas indicam as grandes escolhas e prioridades do Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro 2008/2011. Elas se fundamentam na necessidade de focar e priorizar os esforços do Governo do Estado no sentido da melhoria das condições sócio-econômicas do Rio de Janeiro e da expansão e melhoria dos serviços públicos em um ambiente de acentuada escassez de recursos”.

As demais observações neste documento seguem o perfil de analítico dos objetivos e diretrizes. O PPA ressalta os gargalos e potencialidades do Estado, os índices econômicos e panorama econômico estadual estão contextualizados na visão Roll Out do Estado. Numa vontade de criar meios de padronizar o neoliberalismo, seja por via de reestruturação regulatória ou hibridismos neoliberal.

PPA 2012-2015

Manteve-se o mesmo Governo, pois o governador Sergio Cabral conseguiu a reeleição. Porém, sob o ponto de vista estratégico houve mudanças no cenário político e econômico externos ao Rio de Janeiro. A crise iniciada em 2008 estava em franco contágio, mudou-se o presidente da República ainda que no mesmo partido político, muda-se bruscamente a política econômica e os impactos para o Rio de Janeiro. Porém, o Rio de Janeiro vislumbrava a esse momento dois Mega Eventos, Copa do Mundo e Olimpíadas. Portanto, a estratégia para a economia fluminense teria que incluir essas mudanças no cenário.

Logo no início do PPA, na parte de apresentação da lei que dispõe sobre este plano já ocorre a mudança de contexto em relação ao anterior.

“Integram esta Lei os Anexos abaixo discriminados:

I – Anexo I – Contextualização Estratégica do Plano constituída de cinco capítulos:

- Cenário Macroeconômico e Estratégias de Desenvolvimento
- Finanças Públicas do Estado
- Oportunidades e Parcerias
- Dimensão Territorial do Planejamento
- Macro-objetivos e Objetivos Setoriais

II – Anexo II – Programação Setorial do Poder Executivo;

III – Anexo III – Programação das Empresas Estatais Independentes;

IV – Anexo IV – Programação dos Demais Poderes;

V – Anexo V – Projetos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Norte e Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro;

VI – Anexo VI – Metas e Prioridades para 2012, em cumprimento ao disposto na Lei no 6010 de 18 de Julho de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Nota-se logo nos primeiro tópicos que o conceito de equilíbrio fiscal perde um pouco de força e passa a ser mais pulverizada para o restante dos tópicos. A um fato novo entre os tópicos, que é a necessidade de fazer uma análise mais profunda do cenário macroeconômico. Isso se dá em virtude da crise econômica mundial de 2008. Além desses, destaca-se que “oportunidades e parcerias” ganham

importância como meta, o que não havia nos anteriores. Isso indica a necessidade do Estado fluminense em buscar parceiros para a realização das obras necessárias para os Mega eventos, pondo os investimentos privados a frente dos investimentos públicos nesses eventos.

O PPA em questão, após analisar o cenário macroeconômico mundial e nacional, traz para o Rio de Janeiro os impactos disso tudo e qual será o mecanismo utilizado para alcançar o desenvolvimento econômico. Entre outros fatores está “a orientação estratégica do Governo do Estado que têm por finalidade sobretudo criar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento da atividade produtiva. Para alcançar este objetivo, a área econômica atua com a sua capacidade de articulação entre órgãos e entidades

públicas e privadas e com alguns programas de incentivos fiscais e financeiros” (PPA 2012-2015 pp 31). Em suma, é criar condições para que o mercado tenha livre circulação. Redução das funções do Estado na economia e liberalização dos mercados. Neste caso o que ficou mais evidente com o passar dos anos foram as isenções fiscais, que foram em grande escala, sem critérios e pouco convencionais. Em outra parte do texto destaca-se que o Governo do Estado levou em consideração questões relacionadas ao encadeamento produtivo do Estado que no PPA consta ser: “a atração de fornecedores, empresas prestadoras de serviços e clientes para o entorno de grandes empresas eleva a produtividade dessas empresas e gera benefícios para o Estado. Em particular, o Governo terá por foco o desenvolvimento das seguintes cadeias produtivas:

- Cadeia do Petróleo e Gás
- Cadeia Siderúrgica
- Cadeia Petroquímica
- Cadeia Automobilística
- Cadeia Naval
- Cadeia Logística
- Cadeia de Bens de Consumo de Massa:
 - Setor de Alimentos e Bebidas
 - Setor de Vestuário e Calçados
 - Setor Moveleiro

Mesmo que suavemente, este PPA tentou aproximar os idéias estratégicos do Estado com o que tem sido produzido na academia em torno do estudo sobre a economia fluminense.

PPA 2016-2019

Este PPA tem um relativo destaque diante aos demais PPA's, pois foi o primeiro a ser editado pós crise de 2015 e o que tem neste PPA é de vital importância para entendermos o que e como o Estado pretende lidar com a Crise e como ela é diagnosticada.

Na apresentação da Lei que institui o PPA há uma inovação, pois é a primeira vez que o PPA apresenta como objetivo de análise os Despesa com Pessoal e Despesa com a manutenção da máquina administrativa. Isso é fruto da crise financeira e já pode-se constatar qual é o diagnóstico da crise feita pelo Estado: Desequilíbrio fiscal. Entretanto, cabe lembrar que no PPA 2008-2011, o foco principal foi justamente o equilíbrio fiscal. O que podemos observar é um desajuste ou desalinhamento nas políticas econômicas dado que uma mesma política econômica, austeridade fiscal, é vista incessantemente como solução. Sendo que, mesmo ela sendo implementada seguidos anos após 2008, ainda é visto como insuficiente. Ocorrendo um desalinho ou o que teoricamente podemos atribuir a rodadas de neoliberalização. Visto que este momento do Rio de Janeiro está atrelado a um momento historicamente específico de reestruturação regulatória. Observe que, O primeiro PPA, teve o papel de “desfazer”, “enxugar” o Estado desenvolvimentista presente até a década de 1980 (Roll BACK). Os demais PPA's tiveram um papel mais brando e não menos importante na consolidação do neoliberalismo no Estado com, mas que obtiveram êxito em “construir”, “ fazer algo” em prol do neoliberalismo. E isso foi feito plano após plano, cada um contribuía em alguma coisa alinhado com a visão de mercado. Tanto que a noção de desenvolvimento esvaziou-se como os anos, perdendo espaço para o a “Gestão pública” e planejamento para governança. E o principal, introduziu-se aos gradativamente o conceito de equilíbrio fiscal.

Entre os objetivos do PPA 2016-2019, estão:

I – Anexo I - Contextualização do Plano Plurianual;

II – Anexo II - Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para 2016 e Projeções para os Demais Anos do Quadriênio;

III – Anexo III - Despesas de Manutenção Administrativa para 2016 e Projeções para os Demais Anos do Quadriênio;

IV – Anexo IV - Programação Setorial do Poder Executivo;

V – Anexo V - Programação do Poder Legislativo;

VI – Anexo VI - Programação do Poder Judiciário;

VII – Anexo VII - Programação dos Órgãos Autônomos;

VIII – Anexo VIII - Programação a Cargo das Empresas Estatais Independentes;

IX – Anexo IX - Demonstrativo da Programação a Cargo dos Fundos;

X – Anexo X - Demonstrativos Consolidados da Programação;

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. Território e desenvolvimento. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. *Cadernos Metrópole*, v. 19, p. 45-69, 2017.

BRENNER, N.; PECK, J. e THEODORE, N. (2012). Após a neoliberalização?. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 14, n. 27, pp. 15-39.

_____. (2012). Mal estar Pós-Neoliberalismo. *Novos estudos*. SILVA, José Antônio. A cidade adormecida. *RBEUR – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.12, n.3, 78-91, 2018.

SIQUEIRA, Hipólita. Contradições entre Desenvolvimento, Trabalho e Espaço em Tempos de Crise: o caso do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, v. 19, p. 179-200, 2017.